

ESCUTATÓRIA

Conjuntura

Social e política do Brasil

Fev/Mar 2023

US IDEIAS



SOBRE A ESCUTATÓRIA

ESCUTATÓRIA é um documento da Consultoria Usideias que tem por objetivo sistematizar contribuições às quais temos tido o privilégio de encontrar nas atividades que organizamos.

Como **ESCU**, é uma contribuição de nossa inteira responsabilidade. Não está isenta ou pretende qualquer neutralidade. Assumimos nosso lugar de escuta, assim como os lugares de fala que exercemos.

Este primeiro documento trás a escuta realizada em análise de conjuntura desenvolvida pelo **Secretário Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Renato Simões**[1]. Foram realizadas em duas atividades de planejamento estratégico coordenadas pela consultoria Usideias, na qual Renato Simões contribuiu com sua leitura de contexto social e político do Brasil neste início de governo Lula.

O conteúdo deste trabalho, portanto, não é transcrição de falas tanto do Secretário Nacional de Participação Social como dos participantes das atividades. É resultado da escuta sistematizada e oferece dados, precisão de conceitos e fundamentos aos juízos e declarações apresentados. Foi enviado ao Renato para uma leitura previa, quando considerou o conteúdo adequado, como contribuição da Usideias.

O BRASIL NA GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL

No final do século XIX, o Brasil se encontrava-se em uma situação de atraso econômico. Com a economia estagnada, era necessária uma mudança estrutural em todo o sistema para que o país pudesse formar capital e atrair investimentos (FURTADO, 1995).[2] Este atraso, no entanto, não é resultado do acaso. Tem relação com o desenvolvimento do capitalismo global e com o papel designado ao Brasil na geopolítica econômica.

No início do século XXI, o Brasil pode viver um sopro de deslocamento deste papel, de subalterno, para o protagonismo, e se elevou – se a player na governança mundial. Os 14 anos de governos do PT (Lula e Dilma) foram um contrapeso a à dinâmica de atraso histórico, e, com isso, um problema para o neoliberalismo e sua geopolítica econômica.

Com o golpe contra o governo Dilma (2016) e contra o projeto de sociedade gestado pelos governos do PT, a agenda de retomada do ciclo de acumulação de capital prevaleceu no Brasil, a mesma agenda que fora derrotada por quatro vezes seguidas em eleições presidenciais.



O FREIO NO PROJETO SOCIETÁRIO DE ESQUERDA

Os governos do PT representaram um período de construção de políticas para efetivar a Constituição Cidadã promulgada em 1988, avançando em direção a um projeto de sociedade fundamentada em direitos. Evidente que os 14 anos de governo representaram ao mesmo tempo, avanço, combate e resistência. Em nenhum momento houve trégua. Os governos Lula e Dilma foram, cada um a seu tempo, atacados diuturnamente pelas elites e pelos interesses do Capital neoliberal.

Esta ofensiva, teve seu desfecho final em 2016. Uniu praticamente todos os setores do capital, toda a grande mídia, a maioria esmagadora das instituições políticas do Estado brasileiro como promotores de justiça, juízes, poder judiciário, ministério público, o congresso nacional e o exército brasileiro para a promoção do golpe contra o projeto que implementava a constituição cidadã aprovada em 1988. Esta ofensiva foi essencial para a geopolítica internacional no momento de crise do neoliberalismo.

O golpe de estado teve uma fachada legal, uma aparência de normalidade democrática por meio do processo de impeachment. Foi a partir deste golpe que se desestruturou um ciclo de vitórias da esquerda em toda a América Latina, se desmontou o Mercosul, a Unasul, inviabilizou a Celac e comprometeu fortemente os BRICS, o Banco do Sul, a constituição de uma política soberana de exploração do pré-sal para a reindustrialização e a busca de uma transição ecológica no Brasil, financiada com o recurso do petróleo.

Ou seja, todas as conquistas regionais do ponto de vista geopolítico nos governos Lula e nos governos Dilma, foram substituídas por uma retomada da força do projeto do mercado numa perspectiva neoliberal.

OS MARCOS DO NEOLIBERALISMO E A INSUFICIENTE RESISTÊNCIA

Os marcos fundamentais da concepção do mercado sobre o Estado, foram sendo implementados de dentro do Estado brasileiro. Alguns exemplos: A aprovação da PEC do teto de gastos, visa o fim dos investimentos públicos e da concepção de um Estado indutor da economia e pretende destruir a concepção de Estado prestador de serviço público, mas assegurou o interesse do capital financeiro, ou seja, o pagamento dos títulos da dívida pública com os grandes bancos e credores, que ficaram fora do teto de gastos do Estado.

É preciso dizer que os setores sociais organizados da sociedade, à esquerda, ao centro esquerda e de diferentes agremiações partidárias e sociais RESISTIRAM. Desde os atos contra o governo, em 2013, com o desfecho do golpe no impeachment de Dilma (2016); até a prisão de Lula, (2018), única candidatura que ameaçava o projeto neoliberal desatado no impeachment, nestes em outros episódios, houve resistência.

Tomaram as ruas milhares de militantes da Educação Popular, intelectuais, artistas, camponesas e camponeses que lutam pela Reforma Agrária e por condições de trabalho no campo, sindicalistas, instituições de defesa e promoção de direitos humanos, grupos e comitês que, de diferentes formas realizaram marchas, manifestações e protestos a favor da democracia, contra o golpe e pela garantia dos direitos fundamentais.

Ainda assim, esses movimentos de mobilização e processos de lutas foram **insuficientes** para barrar a agenda neoliberal, que avançou com os ataques da grande mídia, do agronegócio, dos banqueiros, dos interesses do capital internacional, das petroleiras e do vice, golpista, Michel Temer e suas contrarreformas: **trabalhista, previdenciária e pela retirada de direitos.**

AS ELEIÇÕES DE 2018

A violência do golpe contra Dilma e as iniciativas do governo Temer, no entanto, também não foram suficientes para gozar de legitimidade perante o eleitorado brasileiro. No ano seguinte ao golpe, quando iniciaram as pesquisas[3] para as eleições de 2018, o presidente Lula aparecia como favorito para o retorno ao Palácio da Alvorada.



As acusações mentirosas contra o presidente Lula feitas pelo juiz suspeito Sergio Moro, estampadas nas centenas de capas da revista Veja, nas milhares de horas de reportagem nos telejornais, especialmente na Rede Globo, não surtiram o efeito desejado no curto espaço de tempo.

Foi necessário rasgar o devido processo legal e rasgar o direito penal para impedir a candidatura do presidente Lula em **2018**. Mais que isso, foram realizados prisões espetaculares, como as de ex-ministros e dirigentes do PT, com narrativas minuciosamente construídas para inviabilizar o retorno do PT e da esquerda, como um projeto possível ao país.

Se a primeira fase do golpe foi o impeachment de Dilma, a violência da segunda fase do golpe se cristalizou com a prisão do presidente Lula e a sua interdição como candidato. Apesar dos ataques sofridos, o PT, maior partido de esquerda do Brasil, manteve cidadania política e foi ao 2º turno da eleição presidencial com Fernando Haddad substituindo o presidente Lula ilegalmente impedido.

Não fosse a tolerância da Justiça Eleitoral com as fakes news, com o uso de plataformas proibidas pela lei brasileira, e o financiamento empresarial de campanha já proibido, o desfecho do resultado eleitoral de **2018** e os quatro anos que se sucederam, poderiam ter sido diferentes.

A FORÇA DA AGENDA GOLPISTA

Nunca é demais frisar, que: nem Michel Temer, nem o então inepto deputado federal Jair Messias Bolsonaro, carregavam a força da agenda que promoveu o impeachment de Dilma e prendeu um ex-presidente da república sem a materialidade de provas. A força que alçou um deputado inexpressivo a presidência da república, foi a mesma que deu as cartas ao governo golpista. A agenda do capital neoliberal e seus agentes nacionais é a real força que impulsionou o golpe em diferentes fases e permaneceram durante todo o governo Bolsonaro, deixando um rastro de destruição e mortes.

A enorme crise social que resultou dos quatro anos de governo Bolsonaro, é a expressão sarcástica da perspectiva mais cruel da política neoliberal corporificada no Ministro da Economia Paulo Guedes, que colaborou com a sangrenta ditadura de Augusto Pinochet. No Chile Guedes participou no desenho e implementação de ideias liberais dos “Chicago Boys” – apelido dado a economistas chilenos formados na mesma universidade de Guedes – que conduziram uma série de reformas, como a redução do gasto fiscal, privatizações, introdução do modelo de capitalização para a previdência, reforma tributária, trabalhista e desregulação da economia. Esta é a mesma **agenda** que promoveu o impeachment de Dilma e a prisão de Lula. **A agenda do Capital neoliberal.**

Como nos países onde esta agenda foi implementada, o Brasil viveu o aumento do desemprego, a queda do valor dos salários, do potencial de organização da classe trabalhadora, a diminuição da capacidade prestadora de serviços do Estado e o conseqüente empobrecimento da população.

O governo Bolsonaro não só implementou uma agenda regressiva de direitos, que é uma característica fundamental da agenda neoliberal, como desestruturou o Estado brasileiro através da desidratação de investimentos, sucateamento dos aparelhos de Estado e privatização empresas estatais e seus ativos.

A DISPUTA ELEITORAL DE 2022

As alianças sociais e partidária que promoveram a eleição de Bolsonaro para implementar a agenda do Capital, não se sustentou até as eleições de 2022. Em parte, pela forma como atuou durante a pandemia. O presidente Bolsonaro, inepto, foi responsável direto pela segunda maior mortandade em escala global (perdendo somente para os EUA, governado por Donald Trump) por suas atitudes escandalosas e reprovadas por setores da classe média brasileira e da elite econômica. A expressão desta reprovação está na cobertura dos grandes meios de comunicação, sobre a atuação do governo no combate ao coronavírus, entre as redes de comunicação, a Rede Globo (devemos reconhecer, teve uma postura importante durante o processo eleitoral) que anunciou aos quatro ventos a alcunha de Bolsonaro como **genocida**.

No entanto, não houve fissuras expressivas de apoio à Bolsonaro para as eleições de 2022 no grande capital. Nenhum banqueiro, nenhum setor expressivo da indústria ou do agronegócio se contrapôs ou ameaçou a candidatura de Bolsonaro. Bolsonaro permanece ativo e convencido de que pode representar a agenda do capital em terras tupiniquins, e, os interesses do capital, não veem nisso algum problema.

O fato é que vencemos eleitoralmente Bolsonaro e os interesses do capital. **A pequena margem de diferenças de votos é uma enorme barreira contra o respaldo dado a Bolsonaro pelo grande capital nacional e internacional**, que mobilizou e privatizou o Estado brasileiro em favor da sua candidatura.

Na tentativa de assegurar condições de disputa eleitoral de caráter popular em favor de Bolsonaro, foram despejados bilhões de reais na economia, destinados às classes populares e mais necessitadas. Não foram políticas públicas, sustentadas na lógica do direito, mas, “auxílios” transitórios de caráter eleitoreiro. Para além dos recursos públicos, ocorreu uma derrama de dinheiro da indústria de arma, do setor de logística e do agronegócio. Tudo isso foi algo que tornou a vitória de Lula uma façanha histórica, que imediatamente provocou a reação de setores extremos da direita, que não imaginavam sua derrota. No entanto, essa grande vitória não pode ser cortina de fumaça, para esconder as derrotas estratégicas que tivemos ao longo desses últimos seis anos.

FOMOS DERROTADOS NA AGENDA ECONÔMICA

A PRIMEIRA DERROTA FOI NA AGENDA ECONÔMICA

Este início de terceiro governo Lula é contraditoriamente o início de uma crise brutal na economia brasileira. A agenda econômica do capital neoliberal se faz presente na disputa dos rumos do governo em todos os quadrantes da área pública e privada. Não à toa, em menos de 100 dias de governo o capital pôs o Banco Central no centro do debate da política econômica com a manutenção da elevada taxa de juros. O tipo de discurso do Banco Central pela manutenção das altas taxas de juros nos dá a dimensão da dificuldade que será administrar as bombas de efeito retardado na economia que foram deixadas pelo governo Bolsonaro. A agenda dos juros altos não é a agenda do governo Lula, mas é a agenda de todos os grandes capitalistas desse país, da mídia e do capital internacional, que continua interessado naquilo que o Brasil tem e outros países não têm, suas riquezas e estatais.

A habilidade do presidente Lula garantiu um fôlego de curto prazo na negociação da PEC da Transição aprovada ainda antes da posse. Por um momento de aparente tranquilidade, a PEC da Transição da condição de, pelo menos, não falir o governo no primeiro semestre do seu primeiro ano de gestão. Mas, é incapaz e insuficiente para dar sustentabilidade a um governo de **transformação e reconstrução do Brasil**.

Transformação e reconstrução

As duas palavras do título e subtítulo do nosso programa são transformação e reconstrução. No entanto, vivemos em um ambiente econômico dramático, em que, o financiamento do Estado e, conseqüentemente, da capacidade do Estado de retomar um ciclo de crescimento econômico, está limitada, para dizer o mínimo.

Sofremos desde 2016, a derrota na agenda econômica, em especial, nas condições de financiamento do Estado para incidir em um novo ciclo de crescimento da economia brasileira.

O governo articula uma grande ofensiva na retomada do discurso ambiental com investimentos internacionais anunciados para o Brasil. No entanto, são iniciativas simbólicas que não atingem o centro da questão do governo, que é o desenvolvimento econômico do país.

Vivemos uma crise de perspectivas e teremos importantes embates sobre reformas, nas quais, se prevê enorme dificuldade de serem aprovadas em nossos termos, considerando a composição mais conservadora do Congresso Nacional.

Outra bomba de efeito retardado é a questão dos impostos, representada aqui na alteração da estrutura tributária dos combustíveis que reduziu impostos e o preço na bomba dos postos de gasolina.

No entanto esta política foi concebida com prazo de validade. A isenção dos combustíveis de gasolina, o barateamento artificial do diesel e do gás que, agora, entregam a conta para o governo Lula, tinham como único objetivo reduzir o impacto da inflação no segundo semestre de 2022 e agradar os eleitores da classe média. Estas iniciativas deixaram um rombo relevante do ponto de vista fiscal.

Fica cada dia mais evidente que os pilares do golpe contra Dilma Rousseff, em 2016, permanecem ativos. A agenda econômica e os interesses do Capital fazem parte destes pilares.

FOMOS DERROTADOS NA AGENDA DEMOCRÁTICA

Democracia sob ameaça permanente

Vivemos um período de exceção política no país. O golpismo permanece como uma opção para importantíssimos setores da política e da sociedade brasileira. A agenda econômica do Capital coloca de forma permanente nossa democracia em risco. Isso ficou evidente tanto em 2016, como em 2018. Ou seja, a burguesia nacional e internacional não tem nenhum compromisso democrático, a não ser, quando a democracia lhe dá lucro.

Em nosso país, que viveu sob uma sangrenta ditadura militar, ainda há um passivo em relação aos militares. O presidente Bolsonaro governou em aliança com as Forças Armadas. Não foi com setores das Forças Armadas, com alguns elementos das Forças Armadas. Foi com as Forças Armadas, ou seja, com o Alto Comando das Forças Armadas.

Evidente que há, no alto comando, fissuras e dissensos, mas o topo da hierarquia, estava fechado com Bolsonaro. No entanto, há quem diga que não ao ponto de comprometer os próprios interesses. Ou seja, davam corda ao presidente e, quando convinha, esticavam freando seu ímpeto de ruptura num contexto que não lhes favorecia.

A cada dia fica mais evidente que os fatos criminosos de 8 de janeiro de 2023 foram uma tentativa de concretizar uma narrativa de meses de preparação, em que todas as grandes lideranças do bolsonarismo e o movimento de massas que ele inspirou, falaram da necessidade de uma intervenção militar provocada por uma mobilização popular. Havia uma estratégia em curso, que, se não foi respaldada desde o início por setores expressivos das Forças Armadas, foi tolerada por elas para “ver no que ia dar”.

Após o 8 de janeiro, o presidente Lula reagiu demitindo o comandante do Exército e encerrando uma postura inicial de não agressão, tolerância, convivência com as Forças Armadas identificadas com o bolsonarismo.

A crise do jogo democrático no mundo

O regime democrático representativo, consolidado pela democracia liberal, está em crise em diferentes contextos e países. No Brasil, vem desde antes do golpe, numa percepção de desconfiança do povo com as instituições. A percepção de camadas expressivas da sociedade brasileira, é de que a democracia, com partidos, parlamentos e governos, não tem resolvido a condição e a situação das pessoas que mais necessitam do Estado.

Uma primeira impressão nos levaria a pensar que a população exigiria mais democracia, com mais participação para que ela diretamente exercesse as condições para garantia de suas necessidades. No entanto, para segmentos da população que criticam a democracia representativa, a opção do pensamento mágico é a ideia de que uma ditadura militar, por exemplo, resolveria suas necessidades.

O apoio à democracia aumentou no Brasil. Pelo menos sete em cada dez brasileiros (73%) consideravam em novembro de 2022, logo após as eleições, que a democracia é sempre a melhor forma de governo. Em 2019, após as eleições de Bolsonaro, 58% dos brasileiros tinham essa opinião. Para 11% um governo autoritário é melhor em algumas situações, enquanto para 9% tanto faz ter um governo democrático ou autoritário. Outros 6% não sabiam ou não responderam. Os dados estão na 20ª edição da pesquisa Panorama Político do DataSenado.[4]

Num país de dimensões continentais, 11% da população considerando a ideia de uma ditadura militar, corresponde a mais de 20 milhões de pessoas, que mesmo vivendo em diferentes estados e cidades, estão conectadas em redes sociais, em clubes, igrejas e templos. São mobilizadas todos os dias por algoritmos e narrativas promovidas por influenciadores digitais, comentaristas de telejornais e de emissoras de rádio, ou, nos discursos religiosos de diferentes matizes, com foco na promoção dos valores da direita e da extrema direita.

Muitos analistas e setores sociais têm celebrado que a democracia saiu fortalecida com a derrota de Bolsonaro, mas, não devemos nos iludir. O Congresso Nacional está muito mais conservador do que aquele eleito em 2018 junto com Bolsonaro[5]. O Poder Judiciário, ainda que tenha reagido nesse período, é o mesmo que julgou o impeachment e a prisão de Lula. Ainda vivemos em condições de crise institucional que podem impedir que o governo eleito pelo povo, governe em direção ao seu projeto aprovado nas urnas.

A TERCEIRA DERROTA É POLÍTICA E IDEOLÓGICA

“Estamos em situação pior que no início. Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca. Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível. Mas nós cometemos erros, não há como negar.”

Bertold Brecht – As que hesitam

Em doze anos de governos fomos derrotados no terreno político, organizativo e ideológico. A direita e seus extremos construíram e organizaram uma base de massas para o pensamento neoliberal que se conjugaram no governo Bolsonaro. Hoje, enfrentamos um movimento de massas de direita que tem base social e popular, tem capacidade de mobilização, de organização e comunicação. Alimentam-se do seu discurso, da sua própria narrativa, da sua capacidade de representação e de ação. Nas eleições de 1º e 2º turno, milhões de negros votaram num governo racista. Milhões de mulheres votaram num governo misógino.

Milhões de cristãos e religiosos de distintas denominações, votaram num governo genocida e votaram por valores ideológicos que ele representava.

Esse fenômeno nos desafia do ponto de vista da disputa de valores sociais. Precisamos reconhecer que os governos de Lula e Dilma, o PT e a esquerda partidária e social de maneira geral, negligenciaram a batalha ideológica, a batalha de valores, a batalha por criar uma consciência política de massas “progressista, democrática e à esquerda”, ou, no mínimo, os valores que negam o retrocesso ao pensamento da Idade Média.

Sem estimular uma reação ideológica de base popular, os governos progressistas e de esquerda terão o risco permanente de serem varridos pela agenda do mercado neoliberal. Agenda esta que coloca em xeque a democracia, e mobiliza um contingente de pessoas, que são milhões, muitas delas armadas e que têm um conteúdo ideológico que as motiva. Aliás, nos parece que o componente ideológico que motiva a direita, falta à esquerda.



CONCLUSÃO

O governo eleito para a transformação e a reconstrução do Brasil, ainda não iniciou. Estamos em um processo de movimento tático para disfarçar o efeito que tem o **desmonte do Estado deixado pelo governo Bolsonaro**. Um exemplo: a capacidade organizativa da máquina do Estado brasileiro foi destruída. Em três meses de governo, postos estratégicos dos ministérios ainda não estão preenchidos.

A reconstrução do Brasil resgatou Marina Silva como ministra do meio ambiente, mas a presidência do ICMBio ainda é interina. Em meados de março (fechamento deste texto) o Incra não tinha sua presidência nomeada. Centenas de pessoas necessárias para fazer com que os ministérios andem, estão no limbo da administração pública. Ministérios estão sendo tocados por algumas pessoas, um ministro, secretário executivo, secretários nacionais e alguns servidores de carreira. Não se pode afirmar que tomamos conta da máquina do Estado, e quem não toma conta da máquina do Estado não governa.

Apesar deste fato, o governo Lula realizou **muito com pouco**. Soube manejar as circunstâncias e fatos políticos apresentando rápida resposta, como: a PEC da transição (antes da posse) como um respiro ao programa Bolsa Família. Unificou todos os governadores (enquadrando os governadores bolsonaristas) para fortalecer a legitimação de seu governo após a **tentativa frustrada de golpe** no dia 8 de janeiro (2023);

Mandou milhões de reais para o povo que sofre com a seca no Rio Grande do Sul ou com as enchentes de São Paulo. Atuou e atua na proteção dos povos indígenas na Amazônia enfrentando o garimpo ilegal. Mas todas estas ações, por mais que necessárias, estão no campo das circunstâncias e tem resultados simbólicos, não mexem com a vida de milhões de brasileiros.

Nesse sentido, o governo realiza de forma eficiente uma “guerra de movimentos” que cria, vamos dizer assim, uma sensação de avanço, mesmo que esta sensação esteja fundamentada no campo simbólico.

Enquanto atua nesta guerra de movimentos, o governo prepara respostas na área econômica que impactem milhões de pessoas de forma estruturada em todo o país. A reforma fiscal é um dos caminhos que impactam de forma estruturada com a vida de todos os brasileiros. O ministro da Economia Fernando Haddad afirmou no fórum econômico em Davos “vamos abrir o debate sobre as regras fiscais, com todos os organismos”[6]. O debate está aberto, assim como o da Reforma Tributária e do aumento do reajuste do salário dos servidores públicos. O tema dos servidores públicos, fiscal e tributário, assim como o tema da taxa de juros, são ingredientes importantes para avançar no enfrentamento ao neoliberalismo. E o presidente Lula está fazendo este enfrentamento pessoalmente. É muito importante que o Lula tenha verbalizado o incomodo com a taxa de Juros do Banco Central, colocando toda sua legitimidade e a do governo eleito para discutir o impacto dos juros altos na vida das pessoas.

A AGENDA DA RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Construir a democracia participativa e valores sociais que enfrentem o conservadorismo de direita.

Para fazer o embate sobre os temas econômicos, a importância e o papel da democracia, bem como o lugar dos valores na disputa ideológica na sociedade, se faz necessário mobilizar milhares e milhões de brasileiros. Recuperar as perspectivas da democracia participativa como um dos pilares fundamentais desse novo governo, como uma oportunidade que nos foi dada pelo voto popular, para disputar o fazer político como ato transformador, é essencial.

É imperativo recuperar o legado da participação social realizada nos governos Lula e Dilma, como as conferências que mobilizaram milhões de pessoas, e incorporar processos de aprendizado sobre onde não fomos eficientes em criar condições de mediação para a promoção da consciência política em torno da defesa de uma sociedade de direitos e onde não fomos capazes de promover tal mediação. Pois como evidenciou Paulo Freire, “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, as pessoas se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

É imperativo e urgente, recuperar o legado da participação social realizada nos governos Lula e Dilma, como as conferências que mobilizaram milhões de pessoas, e incorporar processos de aprendizado onde não fomos eficientes em criar condições de **mediação** para a promoção da consciência política em torno da defesa de uma **sociedade de direitos**. Pois como evidenciou Paulo Freire, “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, as pessoas se educam entre si, **mediatizados** pelo mundo”.

Para isso, o desafio que devemos assumir, é da ampliação do papel protagonista da participação social e popular, construindo espaços de mediação capazes de elevar o patamar de consciência e das diversas camadas do tecido social sobre a necessidade de uma sociedade de direitos em um país de enormes abismos sociais. A ampliação da participação no governo Lula não deve se restringir aos aspectos quantitativos, pelo contrário, deve ampliar o protagonismo dos cidadãos na efetivação de políticas públicas de diferentes setores.

Reconstruir os conselhos de políticas públicas, fazer conferências e organizar processos que estimulem a participação é necessário, mas insuficiente para dar conta deste tempo. Será preciso organizar as camadas populares e sociais nos territórios, disputando, a partir dos pressupostos da Educação Popular, os valores sociais que se contraponham a lógica do mercado e do neoliberalismo.

É fundamental que o governo crie as condições para um enfrentamento ideológico de base popular para, daqui a quatro anos, entrar no jogo democrático e político eleitoral, num patamar superior àquele que temos hoje.

É necessário trazer para o centro da estratégia de atuação social e popular, a disputa política e ideológica. O PT tem que voltar a ser PT, tem que recuperar o seu ideário de esquerda, tem que recuperar uma ação coletiva, coordenada e orientada por um projeto de sociedade que unifica a si, e aos demais setores da sociedade.

É fato que as eleições de 2018 unificaram setores importantes da esquerda partidária e social para disputar as eleições presidenciais, agora, será preciso unir a esquerda num projeto de disputa política ideológica do país, com organização de base em defesa da democracia, de uma agenda econômica de caráter popular e com um padrão de valores que apresente o **inédito-viável** diante de **situações- problemas**, que necessitam serem transformadas.



CRESCIMENTO, EMPREGO E RENDA

Ao mesmo tempo em que disputamos o padrão de valores sociais com a sociedade, o governo terá de ser efetivo nas respostas dentro do quadrante da economia real das camadas medias e populares, evitando assim a aderência a narrativas golpistas, que se mantêm em cinzas, mas, ativas.

Baixar a taxa média de juros, investir na infraestrutura do país e na geração de empregos e renda. Promover a segurança alimentar de milhões de pessoas que retornaram ou, passaram a linha da pobreza compõe tarefa sem a qual, nossa vitória terá sido somente eleitoral e política, sem impacto na vida das pessoas.

Como disse o presidente Lula, ele e os setores a esquerda e ao centro, já sabem como fazer, sabem onde deu certo e onde deu errado. Sabem o que e como deve ser feito, agora, é investir tempo e energia para cometer erros novos, buscando fazer a diferença.

No processo eleitoral a esperança venceu o medo, agora precisa esperar como verbo, para transformar e reconstruir.

SOBRE A ORIGEM DAS ATIVIDADES MENCIONADAS

As atividades de análise de conjuntura mencionadas foram o Planejamento Estratégico do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo realizado dias 10, 11 e 12 de fevereiro, e o Planejamento do mandato da deputada estadual Luciane Carminatti (PT/SC) realizado entre os dias 25 e 26 de fevereiro.

Responsável pela escuta e sistematização deste documento.

Marcio L. V. Cruz

Diretor da Usideias

Educador popular, sociólogo e mestre em ciências sociais.

Atualmente é consultor para o Sistema Participativo de Gestão Estratégica desenvolvido pela **Usideias**.

Foi Assessor no Gabinete Pessoal da Presidência da República entre 2009/2011, Coordenador Nacional do Programa de Articulação Social Escolas Irmãs e um dos coordenadores da pesquisa nacional sobre a "Perspectiva do Imaginário social sobre Direitos Humanos no Brasil".(2014)

REFERÊNCIAS

[1] <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/composicao/orgaos-especificos-singulares/snps/>

[2] https://www.inicepg.univap.br/cd/inic_2010/anais/arquivos/re_0036_0102_01.pdf

[3] <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2017/05/1880342-lula-lidera-no-1-turno-bolsonaro-cresce-e-empata-com-marina-em-2.shtml>

[4] Fonte: agência senado

[5] MELO. Carlos Ranulfo. Câmara dos Deputados 2022: direita tornou-se majoritária, esquerda e centro recuaram. – In Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no brasil. Org. Leonardo Avritzer, Eliara Santana e Rachel Callai Bragatto. BH. Ed. Autêntica.2023.

[6] <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/haddad-diz-que-quer-regra-fiscal-e-reforma-tributaria-resolvidos-ate-abril/>

Marcio Cruz

Usideias

marciocruz@usideias.com.br

Mauri Cruz

Usideias

mauricruz@usideias.com.br



www.usideias.com.br
@usideias.oficial